

Comunidade Negra Rural Quilombola Porto Dom João: a Habitação no Contexto do Conflito por Terra

DINIZ, Edite Luiz¹

GERMANI, Guiomar Inez²

MACHADO, Silvio Marcio Montenegro³

MOREIRA, Paula Adelaide Mattos Santos⁴

¹Grupo de Pesquisa GeografAR, UFBA, Salvador, Brasil. dinizgeo@hotmail.com

²POSGEO, UFBA, Salvador, Brasil. guiomar.germani@gmail.com

³Grupo de Pesquisa GeografAR, UFBA, Salvador, Brasil. marciogeoufsc@gmail.com

⁴PPGAU, UFBA, Salvador, Brasil. paulagemeos@uol.com.br

Resumo

Este artigo pretende contribuir com o debate em torno das comunidades tradicionais, considerando-se, para tanto, o caso da Comunidade Negra Rural Quilombola (CNRQ) Porto Dom João, que vive no município de São Francisco do Conde/ BA, às margens do rio Dom João, do mangue e próxima ao mar. Para tanto, traz uma reflexão em torno das questões centrais que envolvem esta comunidade na atual conjuntura, destacando-se o conflito territorial e a luta para manutenção do modo de vida tradicional, relacionando-os com a forma de morar da comunidade e, considerando que seu aspecto visível tem inteira relação com o conteúdo socioespacial que a envolve. O caso de Porto Dom João revela a potencialidade de se compreender processos sociais de luta por território em comunidades tradicionais a partir da análise das suas habitações. Confirma-se, a partir disto, que a habitação compõe uma das formas de reprodução social e cultural destas comunidades e que, por isso, é elemento consequente, também, da identidade política assumida por esta, se constituindo como um componente importante na estratégia de batalha pela permanência no território.

Palavras-Chave: habitação, comunidades rurais quilombolas, conflitos por terra, modos de vida.

Abstract

This paper aims to contribute to the debate on traditional communities, considering, therefore, the case of Community Rural Black Quilombola (CNRQ) Porto Dom João, who lives in São Francisco do Conde/ BA, alongside the Dom João river, in the mangrove and next to the sea. Thus think over the main issues involving this community today, highlighting the territorial conflict and the struggle to maintain the traditional lifestyle, linking them with the community housing style. The case of Porto Dom João reveals the capability of understanding social processes of struggling for territory in traditional communities from the analysis of their housing. It is confirmed from this study, that housing is one of the way of both social and cultural reproduction of these communities and constitutes an important component in the strategy to remain in the territory.

Key-Words: housing, traditional quilombolas communities, land conflicts, lifestyle

1. Introdução

Este estudo faz parte da pesquisa, já concluída em 2016, “Comunidades Tradicionais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial na Bahia: Indígenas e Quilombolas” apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e desenvolvida pelos autores, no âmbito do Grupo de Pesquisa GeografAR, vinculado ao Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia.

Pretende-se contribuir com o debate em torno das comunidades tradicionais, considerando-se, para tanto, o caso da Comunidade Negra Rural Quilombola (CNRQ) Porto Dom João, que vive no município de São Francisco do Conde/ BA, às margens do Rio Dom João, do mangue e próxima ao mar.

O caso da CNRQ Porto de Dom João vem sendo estudado pelo grupo de pesquisa GeografAR a partir de uma solicitação da comunidade que, vem sofrendo pressões para deixar o local onde vivem por razões de especulação imobiliária, vinculada aos empreendimentos turísticos projetados para região.

Assim sendo, com o propósito de contribuir no processo de luta e dar visibilidade ao caso da comunidade em questão, o grupo de pesquisa, de forma conjunta com a própria comunidade, vem estruturando um relatório onde estão sendo elencados elementos iniciais necessários para identificar e delimitar o território tradicionalmente ocupado.

Este artigo traz uma reflexão em torno das questões essenciais que estão sendo levantadas neste relatório, relacionando-as com a forma de morar da comunidade e, considerando que seu aspecto visível tem inteira relação com o conteúdo socioespacial que a envolve.

Foram utilizados como instrumentos metodológicos: oficinas, entrevistas semiestruturadas, caminhadas de reconhecimento territorial, visitas, confecção de vídeo (Vídeo intitulado “Quilombo Porto Dom João”, disponível em

www.youtube.com/watch?v=LCi8fge_LBI), elaboração de cordel e observação participante.

Estes instrumentos que estão sendo complementados com pesquisa bibliográfica e cartográfica vêm permitindo a compreensão dos seguintes aspectos: o histórico da população e a evolução da ocupação do território; a identificação e caracterização das diversas unidades de uso e manejo dos recursos naturais; a caracterização dos sistemas produtivos; os conflitos e as formas de habitar que se constituem no aspecto mais evidenciado neste texto.

A questão habitacional se relaciona fortemente com o processo histórico da comunidade, não só por suas características técnicas e peculiaridades constituídas a partir da cultura oriunda da pesca, da mariscagem e da agricultura; mas, pela forma de intervenção do Estado, a partir do programa Minha Casa Minha Vida, no sentido de utilização do mesmo para remoção das famílias do seu local tradicional de reprodução de vida. Também se destaca no sentido da resistência da comunidade que, mesmo tendo suas casas derrubadas, não temem em prontamente construir outras e dar prosseguimento ao seu processo de luta pelo território.

O caso de Porto Dom João pode revelar possibilidades de compreensão de conflitos fundiários vividos pelas comunidades tradicionais a partir da análise das habitações. Entende-se, a partir disto, que a habitação compõe uma das formas de reprodução social e cultural das comunidades tradicionais e que, por isso, é, também, consequência da identidade política (ARRUTI, 1997) assumida por esta, se constituindo como elemento de estratégia de luta pela permanência no território.

2. Comunidades Quilombolas

As comunidades quilombolas são modalidades de assentamentos que se organizam a partir de um processo histórico de resistência a opressão e exploração durante e após o período de escravidão no Brasil e, cujo reconhecimento e regularização de seus direitos territoriais dependem da legitimação do Estado para

garantir suas bases territoriais. Isto porque a partir de 1988, com a inserção do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), na Constituição Federal, as comunidades negras rurais adquiriram uma nova perspectiva para a regularização fundiária das áreas em que vivem, sendo consideradas como Comunidades Quilombolas com direito a seus territórios. O reconhecimento destas comunidades passa, a partir de então, por um autorreconhecimento de sua identidade quilombola para, posteriormente, serem reconhecidas legalmente e, principalmente, terem a posse de seus territórios (SANTOS, 2008).

O processo de legitimação dos territórios das comunidades quilombolas é lento e complexo, já que existe uma forte pressão por parte dos proprietários de terra no sentido de dificultá-lo. Apesar disso, a cada dia mais e mais comunidades se autoidentificam como quilombolas, aumentando o número de demandas para o reconhecimento de seus territórios. Em 2010, na Bahia, haviam sido identificadas 674 comunidades negras rurais e, destas 327 se autorreconheceram como quilombolas (GeografAR, 2014).

Diante da vasta espacialização das comunidades quilombolas no estado da Bahia, a implantação de suas habitações varia bastante, já que são múltiplas as formas do relevo, do clima, dos recursos naturais, das estratégias de sobrevivência e do número de famílias em cada uma delas. Isto porque uma comunidade quilombola pode viver na beira de um rio ou do mar e se constituir como pescadora, também pode estar inserida na Caatinga e viver com técnicas de sobrevivência na seca, ou, pode estar inserida na Mata Atlântica e viver de atividades extrativistas. Assim, suas habitações podem estar dispostas de forma linear, agrupadas ou dispersas. A habitação adquire uma centralidade articulada com outros elementos da vida.

É bastante comum a ocorrência de conflitos de terras que envolvam comunidades quilombolas no Estado da Bahia, em consequência da não

regularização de suas terras diante da especulação imobiliária e da ampliação de áreas destinadas ao agronegócio. Normalmente, estes conflitos são acompanhados de violência física e psicológica, tais como episódios de incêndios criminosos que destroem as habitações e os locais de produção e subsistência destas comunidades. Neste contexto, é relevante levantar que quando ocorre conflito de terra que envolve o território quilombola, as comunidades pressionadas são obrigadas a desestruturar suas formas iniciais de organização espacial para se protegerem das ameaças e das agressões. Assim, podem se dispersar, ou, se concentrar, dependendo da situação imposta.

Uma comunidade quilombola, normalmente, se autorreconhece como tal a partir do momento em que se depara com pressões de indivíduos que tentam expulsá-las de suas terras, como forma de garantir seus direitos de permanência. Quando não há pressão, não se preocupam em se declarar quilombolas e vivem reproduzindo seus variados hábitos camponeses. Daí entende-se que a identidade étnica é, primeiramente, uma identidade política (ARRUTI, 1997) que, no caso, é utilizada como estratégia de luta pela permanência no território.

3. O Caso de Porto Dom João

3.1. Aspectos Gerais

A CNRQ Porto de Dom João está localizada no município de São Francisco do Conde (BA), à margem da BA 522 e a aproximadamente 4 km da sede do município.

A CNRQ Porto de Dom João, ao declarar-se como remanescente de quilombos, foi certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP), para que fosse dado início ao processo administrativo de demarcação e titulação das terras secularmente ocupadas pelos seus moradores. Este ato foi instituído pela Portaria Número 48, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.), em 16 de Abril de 2013, que Certificou 37 Comunidades, dentre elas, Porto Dom João.

A CNRQ Porto Dom João encontra-se inserida

em um contexto regional que possibilitou a sua formação e resistência. A unidade municipal na qual se encontra, São Francisco do Conde, é fruto de um processo histórico que remete ao período colonial brasileiro. Isto implica compreendê-la a partir de um movimento mais amplo que caracteriza a dinâmica de ocupação do território brasileiro, em especial, a ocupação do Recôncavo da Bahia, com suas grandes fazendas e engenhos, mão de obra escrava, monocultivo da cana de açúcar e a destinação comercial relacionada com os interesses diretos da metrópole europeia.

A população residente na comunidade em questão é constituída por 67 famílias oriundas das fazendas do entorno. Esta concentração em Porto Dom João ocorreu porque a partir de um determinado momento, num processo de expropriação de trabalho e de terra, as famílias foram impedidas de viver nos fundos das fazendas onde trabalhavam, conforme afirmam os diversos depoimentos feitos pelos sujeitos do grupo em várias assembleias realizadas na presença de entidades de movimentos sociais e órgãos governamentais.

Desta forma, foram se adaptando e se constituindo como um grupo que, prioritariamente, se utiliza da pesca e da mariscagem para sobreviver, visto as características naturais do local: abundante em recursos hídricos, constituída de mangue e próxima ao mar.

Por ser um local livre ao acesso à água do rio, Porto Dom João tornou-se, com o tempo, um ponto de apoio e referencia para a atividade pesqueira da região, atraindo pescadores vindos de todo município de São Francisco do Conde e, até mesmo, de outros municípios, como, por exemplo, Candeias. Além disso, devido à imposição da cerca por parte dos fazendeiros em volta da Baía de Todos os Santos, não há mais pontos de entrada e de apoio para a atividade pesqueira via água na região, prejudicando os pescadores e, dando a eles a única opção de acessar a água via Porto Dom João. Segundo os moradores, este fato repercute negativamente na atividade de pesca

e mariscagem da comunidade já que a localidade acaba acolhendo um número maior de pessoas que pode suportar.

Mesmo com tamanha importância regional, a comunidade vem sistematicamente sofrendo pressão para se retirar do local. Conforme relatos dos moradores, ameaças se intensificaram a partir de 2007, deflagradas por fazendeiros vizinhos e, apoiadas direta e indiretamente pelo poder público municipal, através da aplicação de velhas estratégias de expulsão e de intimidação, tais como a força policial, de capangas, de pistoleiros e do uso de máquinas pesadas. Neste processo, a comunidade vem sofrendo perdas materiais, como a demolição de casas; subtração de áreas destinadas à agricultura, a mariscagem e a pesca; o corte de programas sociais; a desativação de estruturas de serviço, tais como posto de saúde e escola; dentre outras. Assim, ocupam áreas cada vez menores, visto as investidas de desmobilização de suas formas de reprodução social oriundas deste processo. É clara a tentativa de se exterminar a atividade de pesca tradicional da região.

Neste contexto, é importante destacar que o município de São Francisco do Conde apresenta índices elevadíssimos de concentração de terra e renda e, justamente por este aspecto, o impedimento da atividade pesqueira representa a subtração da fonte de alimento e de sustento de muitas famílias, o que, conseqüentemente, as relegará à miséria, impedirá a autonomia e, as tornará dependentes de programas sociais.

Daí compreende-se que a luta de Porto Dom João para garantir o acesso à água, à pesca e à mariscagem, transcende em importância aos limites do território reivindicado pela comunidade, é uma luta pela manutenção de uma das atividades mais antigas na região e que é fonte de alimento e de renda para muitas famílias de diferentes comunidades.

Com sua luta deflagrada, desde 2003, e, apesar da certificação ocorrida em 2013, os moradores aguardam e reivindicam a demarcação e regularização do seu território pelas autoridades públicas responsáveis para continuarem a

produzir e a viver em seus territórios pesqueiros, lugar base de suas realizações, sem se sentirem ameaçados.

A pressão sobre as terras da comunidade é tamanha que a Prefeitura Municipal entrou com o processo nº 41968-48.2014.4.01.3300 - Ação Declaratória de Inexistência de Condição Fática de Quilombolas, requerendo o cancelamento do autorreconhecimento como comunidade como remanescente de quilombo e exigindo a sua imediata retirada da área, sob o argumento de ser esta uma área de APP.

3.2. Questão Habitacional em Porto Dom João

Mesmo com a interferência ameaçadora de agentes externos a comunidade, do ponto de vista da relação à utilização do espaço, é possível ver em Porto Dom João uma grande árvore se transformando num local de reunião e, um rio, sendo utilizado como área de lazer, confraternização e fonte de alimentação. Isto porque um aspecto que se destaca é a adoção de áreas de uso coletivo por parte da comunidade em seu território. Esta característica faz com que cada indivíduo se torne parte da comunidade através dos hábitos e usos espaciais tradicionalmente comuns a todos, sendo isto fundamental para a consolidação do grupo social.

As unidades habitacionais da comunidade demandam de funções mistas, que acomodem a moradia e deem suporte às atividades de subsistência. Como exemplo, aonde existe a nucleação de casas é comum que algumas delas se adaptem para o uso múltiplo de moradia e pequeno comércio. Em Porto Dom João existem três restaurantes especializados em frutos do mar, conforme mostra a Foto 1.

Como a comunidade quilombola tem na atividade de pesca e mariscagem sua maior fonte de renda, a implantação das casas é próxima ao rio D. João, normalmente com larguras pequenas e com poucos recuos laterais (cerca de dois metros). A ideia é aproveitar ao máximo a linearidade da costa oferecedora do recurso hídrico. Além disso, as casas demandam espaços de apoio para as

atividades de mariscagem e, de um local para guardar os apetrechos da pesca e da embarcação, conforme ilustra a Foto 2. Por isso, o acesso ao rio, ao mangue e ao mar é extremamente importante e estratégico para este grupo social.

Foto 1: Habitação com Função Mista.



Fonte: Mateusz Radek (GeografAR), 2014.

Foto 2: Habitação de Pescador.



Fonte: Mateusz Radek (GeografAR), 2014.

Como a atividade agrícola é essencial para a comunidade é, também, comum se localizar nas habitações espaços reservados para guardar pequenas quantidades de produtos para venda, sementes, equipamentos e suplementos. Não podendo desconsiderar a importância do quintal com suas hortas, árvores frutíferas e criações de pequenos animais, tais como galinha e guaiamu (Foto 3).

A disposição interna dos cômodos das habitações é bastante distinta, mas, infelizmente não há uma variação das tipologias habitacionais relacionada ao seu grau acabamento, visto a condição de insegurança que o morador tem em relação à posse da terra.

A maior parte das casas foi construída em situação de emergência, visto as demolições ocorridas na comunidade (exemplo na Foto 4). Nos últimos oito anos, várias casas foram derrubadas, alguns moradores perderam suas casas quatro vezes. Em outubro de 2010, ocorreu a primeira ação de derrubada das casas, com a presença da polícia e de agentes da prefeitura (Secretaria de Meio Ambiente). Neste momento, tratores derrubaram cinco casas. Na segunda derrubada, outras cinco casas foram destruídas, mas, a comunidade trabalhou rápido para reconstruí-las. Na terceira vez, derrubaram várias cercas dos quintais. Numa quarta vez, derrubaram duas casas.

Foto 3: Habitação e Quintal.



Fonte: Mateusz Radek (GeografAR), 2014.

Foto 4: Habitação que foi demolida.



Fonte: Mateusz Radek (GeografAR), 2014.

Neste contexto, dois terreiros de Candomblé, que faziam parte do patrimônio religioso e da ancestralidade da comunidade, também foram derrubados. O Terreiro de Candomblé de D. Ana, já foi derrubado por duas vezes por tratores a mando do fazendeiro e da prefeitura

local devido a sua vizinhança com a cerca posta na área de mangue, pelo mesmo fazendeiro. “Na primeira vez que vieram, além de derrubar, queimaram tudo. As pessoas da família ficaram sem roupas, sem documentos e sem utensílios domésticos e em gerais” (Dona Ana). De acordo com D. Ana, este Terreiro é de origem africana e foi cadastrado na Federação Akibanto.

É importante destacar que o processo de especulação imobiliária existente nas regiões costeiras da Bahia vem obrigando os pescadores artesanais cada vez mais a se estabelecerem em locais periféricos que, normalmente, não possuem atendimento do setor público no que se relaciona a infraestrutura de saneamento e serviços. No caso de Porto Dom João, a estratégia do poder local é de retirar qualquer tipo de apoio da gestão pública ao núcleo habitacional para, assim, fazer com que eles desistam de viver no local. Assim, desativaram a escola, o posto de saúde, não dão manutenção à rede de energia e, por fim, vêm pressionando a comunidade a se transferir para um conjunto habitacional construído com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida.

É importante destacar que este conjunto habitacional (que tem o nome de um fazendeiro que vem ameaçando e tencionando a comunidade) se localiza em área distante do mangue e de rios (cerca de 8 km) e, longe, também, da rede de infraestrutura de serviços do município (sua localização pode ser observada no Mapa 1).

Assim, verifica-se que, no caso de Porto Dom João, o Programa Habitacional em questão não vem com a perspectiva de melhorar a qualidade de vida da população, mas, de segregá-la e de inviabilizar a sua forma de manutenção da vida. Consequentemente, aparece como um instrumento “pacificador” em função dos representantes do mercado imobiliário. Por esta razão, tal proposta foi rejeitada pela maioria dos moradores, que afirma que deseja permanecer na terra onde está e de onde tiram seus sustentos, exercendo práticas cotidianas que têm estreita relação com o lugar.

Ocorre que a Prefeitura Municipal, como estratégia de retirar os remanescentes de quilombo da área, propôs a inclusão dessas famílias em um projeto do Programa Minha Casa Minha Vida. O que, inicialmente, parecia uma oportunidade de conquistar a uma moradia digna, apresenta-se, na realidade, como uma estratégia perversa para retirar-lhes o território e desarticular a comunidade.

As famílias que aceitaram aderir ao Programa foram obrigadas a demolir as suas moradias na comunidade, sob escolta da polícia e de funcionários da Prefeitura. As casas foram derrubadas e a comunidade impedida de reocupá-las para suprir o déficit de moradia que há na comunidade, pois algumas casas abrigam mais de uma família.

Atualmente, grande parte das famílias que se deslocam diariamente a Porto Dom João para dar continuidade a suas atividades produtivas da pesca e mariscagem e obter o seu sustento, são as que foram removidas da fazenda e da comunidade e realocadas no conjunto habitacional. Essas famílias pegam transporte público e outros meios, percorrendo, aproximadamente, 8 quilômetros diariamente para chegarem à comunidade e poderem tirar o seu sustento. Para tanto, precisam contar com a ajuda dos moradores da comunidade para guardar seus instrumentos de pesca, mariscagem e tomar banho.

O local aonde estas famílias foram reassentadas não lhes permite manter o seu modo de vida, foram alijadas do trabalho, conquistaram a moradia, mas, perderam seu território. Os moradores relatam que muitos dos que foram embora estão arrependidos e desejam voltar a viver na comunidade. O Mapa 1, cujo título é Território Usado, mostra como a comunidade se espacializou no seu local de origem, através dos usos específicos do território e, como é espacialmente desarticulada a implantação do conjunto habitacional.

Quanto às técnicas construtivas das habitações existentes na Comunidade, é comum o uso do pau a pique e da taipa, tanto de sopapo quanto de mão. Estas técnicas são bastante

disseminadas entre as populações camponesas no Brasil, visto que vêm da ancestralidade africana principalmente dos Bantos que, se localizavam nas regiões de Angola e Moçambique e foram trazidos para o Brasil como escravos (WEIMER, 2005).

Apesar de estas técnicas serem de domínio das comunidades e, por isso, bastante utilizadas, são socialmente consideradas soluções precárias e, muitas vezes inadequadas, mesmo pelos quilombolas que, comumente preferem uma casa construída em alvenaria de bloco.

Isto ocorre não por questões de higiene ou saúde, como muitos argumentam e, sim pelo sentido das consequências da colonialidade do saber e do poder (PORTO-GONÇALVEZ e QUENTAL, 2013). Apesar de ter havido o rompimento do colonialismo no Brasil, não se rompeu a estrutura onde o modelo civilizatório europeu é dominante e, por isso, estrategicamente se marginaliza as expressões típicas dos ameríndios ou afrodescendentes.

É interessante notar que apesar do padrão construtivo considerado adequado ser normalmente a alvenaria de bloco, o mesmo implantado pelo Programa Minha Casa Minha Vida, a comunidade de Porto Dom João prefere viver na casa de taipa, madeira e refugo do que morar em um local que a afaste do seu modo de vida (exemplo na Foto 5). Constata-se, assim, que manter as condições para a reprodução de vida desta comunidade prevalece ao fator “sedução” dos padrões habitacionais ofertados pela indústria da construção civil.

Foto 5: Habitações em Taipa e Refugo.

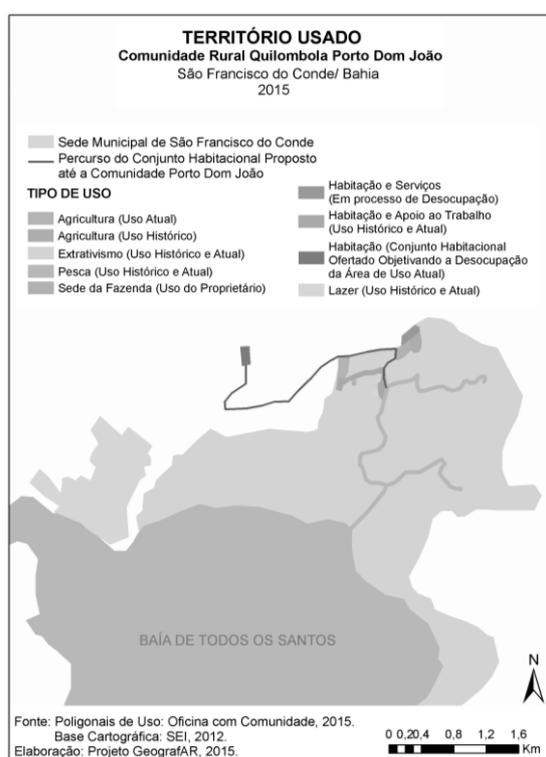


Fonte: Mateusz Radek (GeografAR), 2014.

Não se pode deixar de mencionar que um aspecto relevante em uma comunidade

ameaçada em seu direito de morar é a depreciação ideológica das técnicas construtivas tradicionais. Neste contexto, a alvenaria de bloco exerce um efeito social de maior solidez da construção, aspecto que não ocorre com a casa de taipa ou pau a pique que são suscetíveis a desgastes decorrentes do tempo e pelo fogo, além de ser facilmente demolida por um trator. No caso de Porto Dom João, apesar de casas de alvenaria também terem sido demolidas, a maior parte delas era de taipa, fato que facilitou a ação dos opressores.

Mapa 1: Território Usado.



Fonte: Projeto GeografAR, 2015.

Neste sentido, foi levantado em uma das oficinas realizadas que a comunidade está impedida de construir novas casas no local por agentes externos (fazendeiros vizinhos e poder público local). Para estes agentes é mais fácil controlar a construção de casas de alvenaria, isto porque para a confecção destas é necessária à entrada de materiais de construção de fora para dentro da comunidade. O mesmo não ocorre, entretanto, com as casas de taipa. Novas construções deste tipo não são facilmente detectadas pelos agentes externos pelo fato do material estar inserido no próprio

local. Assim, as casas de taipa são amplamente utilizadas, pois, são construídas rapidamente como forma de garantir a permanência no território ameaçado, tal como a da Foto 6.

Foto 6: Habitações em Taipa e Refugo.



Fonte: Mateusz Radek (GeografAR), 2014.

Numa comunidade onde houve, sucessivamente, quatro momentos de derrubada formal das moradias e, onde poucos deixaram de viver no local por consequência deste processo, pode-se considerar que tanto o conhecimento da técnica construtiva da taipa quanto à do pau a pique foram estrategicamente fundamentais para os quilombolas para se reerguerem e resistirem em momentos de extrema dificuldade e medo.

4. Considerações Finais

É importante iniciar este tópico afirmando que a violência que a Comunidade Quilombola de Porto Dom João vem vivenciando é algo bastante representativo no contexto da realidade das comunidades quilombolas baianas, com o agravante da alta especulação imobiliária que envolve a região onde está inserida e, que torna a situação ainda mais delicada.

O que mais se destaca neste contexto é o fato de estarem expulsando a comunidade de seu local, historicamente construído, de forma insistente e, articulada com as políticas públicas. O Estado, neste contexto se vincula diretamente com os interesses do mercado e, com isso, oprime de forma agressiva a comunidade.

Também, é relevante como a questão da

habitação é central neste contexto, tanto em relação a uma das principais formas de opressão à comunidade, quando os agentes externos derrubam as moradias; quanto no momento em que são ofertadas, pelo poder público, novas casas pelo Programa Minha Casa Minha Vida em um local distante ou, quando a própria comunidade se mune de seus saberes tradicionais para resistir, reconstruindo novas casas, mesmo isto sendo proibido, quando outras são demolidas.

Observando-se a prevalência da precariedade habitacional da CNRQ Porto Dom João e, observando como esta vem sofrendo sistematicamente com os conflitos por terra é possível concluir que as características das suas habitações estão intimamente ligadas à questão fundiária. Assim sendo, independentemente das técnicas construtivas adotadas, caso a comunidade não estivesse sofrendo pressão para se retirar do local onde vive, provavelmente, suas habitações teriam características de melhor acabamento e adequação ao modo de vida.

Um aspecto de relevância observado é que o fato da comunidade ter mantido seus hábitos tradicionais, principalmente no que concernem as técnicas construtivas de suas habitações, a tornou pouco dependente do capital, em especial, da indústria da construção civil com seus materiais, técnicas e padrões construtivos específicos. Assim, pode-se concluir que a forma tradicional de construir a habitação pode se constituir como um modo de resistência deste grupo no sentido de se manter, tanto em situações de conflito, quanto de necessidades de expansão.

É possível observar o quanto o modo de vida tradicional é importante para a comunidade que, pouco se influenciou e se seduziu pelas novas habitações ofertadas, no momento em que, a maioria de sua população nega acessar o Programa Minha Casa Minha Vida. Em sua sabedoria e lucidez, a comunidade avaliou que o poder público municipal não contemplava, com sua oferta, as necessidades do grupo por que a implantação das novas habitações foi feita em local distante do mangue e das águas,

fato que dificultaria, ou, inviabilizaria a reprodução social da comunidade. Conclui-se que a habitação tem uma centralidade no processo de conflito de Porto Dom João, mas, não é o fator fundamental deste. A questão fundamental é o território, com toda sua carga histórica e seus recursos naturais.

É importante destacar que a habitação para a comunidade estudada não tem a finalidade exclusiva da moradia, mas, também, de apoio às atividades produtivas, tanto agrícolas, como de criação de animais, ou, pesca e mariscagem. Assim, observou-se o quanto a terra com seus recursos naturais são indispensáveis para a reprodução sociocultural deste grupo e, conclui-se que a habitação para Porto Dom João não se constitui num elemento isolado, está totalmente inserida no contexto do território e do grupo.

Por fim, o caso de Porto Dom João revela a potencialidade de se compreender processos sociais de luta por território em comunidades tradicionais a partir da análise das suas habitações. Confirma-se, a partir disto, que a habitação compõe uma das formas de reprodução social e cultural destas comunidades e que, por isso, é elemento consequente, também, da identidade política assumida por esta, se constituindo como um componente importante na estratégia de batalha pela permanência no território.

5. Referências

ARRUTI, J. M. A Emergência dos Remanescentes: notas para diálogo entre indígenas e quilombolas. *Revista Mana* 3 (2): pp. 7-38, 1997.

GEOGRAFAR, Grupo de Pesquisa a Geografia dos Assentamentos na Área Rural (POSGEO/UFBA/CNPq). Base de Dados sobre Formas de Acesso à Terra. Disponível em: <<http://www.geografar.ufba.br/site/main.php?page=db-formas-de-acesso-a-terra>>. Acessado em: 27 jul 2014.

PORTO-GONÇAVES, C. W.; QUENTAL, P. de A. Colonialidade do Poder e os Desafios da Integração Regional na América Latina. Disponível

em:<<http://www.plataformademocratica.org/publicacoes/23934.pdf>> Acessado em: 20 maio 2013.

SANTOS, J. B. A territorialidade dos Quilombolas de Irará (BA): Olaria, Tapera e Crioulo. Dissertação de Mestrado - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

WEIMER, G. Arquitetura Popular Brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.